



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS CAMPO MAIOR LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

JOSÉ EDUARDO COSTA IBIAPINA

AS CONTRIBUIÇÕES DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO DOS
DOCENTES DA ÁREA DE MATEMÁTICA

CAMPO MAIOR-PI
2024

JOSÉ EDUARDO COSTA IBIAPINA

AS CONTRIBUIÇÕES DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO DOS
DOCENTES DA ÁREA DE MATEMÁTICA

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico) apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Campo Maior.

Orientador: Prof. Me. Fábio Barbosa de Oliveira.

AS CONTRIBUIÇÕES DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO DOS DOCENTES DA ÁREA DE MATEMÁTICA

José Eduardo Costa Ibiapina¹
Fábio Barbosa de Oliveira²

RESUMO

A iniciação da práxis pedagógica tem como obrigatoriedade o estágio curricular, que pode ser chamado também de residência pedagógica, por se tratar de uma experiência fundamental para o desenvolvimento da prática docente. Ao permitir que o graduando experimente o fazer pedagógico, durante sua trajetória de formação, visto que o estágio, possibilita a articulação entre a teoria e a prática educacional. Assim sendo, este trabalho que apresenta como temática: “As contribuições da residência pedagógica na formação dos docentes da área de matemática”, tem como objetivo geral analisar a contribuição do Programa Residência Pedagógica (PRP) para a formação inicial do professor, para que se possa compreender como se configura a aproximação entre universidade e escola. Trata-se de uma pesquisa de revisão de literatura, realizada a partir de fontes secundárias acerca das contribuições da residência pedagógica na formação dos docentes na área da matemática, com teor descritivo e de natureza qualitativa. O resultados evidenciaram que se trata de um Programa que proporciona o acompanhamento do futuro docente da educação básica, o qual tem proporcionado muito conhecimento acerca da prática docente. Assim conclui-se que se faz necessário a compreensão acerca da importância do trabalho coletivo, com trocas de experiências uma vez que não se aprende sem um sistema de cooperação onde o residente percebe que o professor não deve ser técnico, mas dinâmico, deve ser dotado de conhecimentos, habilidades e atitudes para crescer a cada dia de forma reflexiva e investigadora.

Palavras-chave: Formação docente. Residência pedagógica. Matemática.

ABSTRACT

The initiation of pedagogical praxis requires a curricular internship, which can also be called a pedagogical residency, as it is a fundamental experience for the development of teaching practice. By allowing the undergraduate to experience pedagogical practice during his/her training trajectory, since the internship enables the articulation between theory and educational practice. Therefore, this work, which presents as its theme: “The contributions of the pedagogical residency in the training of teachers in the area of mathematics”, aims to analyze the contribution of the Pedagogical Residency Program (PRP) to the initial training of teachers, so that one can understand how the rapprochement between university and school is configured. This is a literature review research, carried out from secondary sources about the contributions of the pedagogical residency in the training of teachers in the area of mathematics, with descriptive content and of a qualitative nature. The results showed that it is a Program that provides monitoring of future teachers of basic education, which has provided a lot of knowledge about teaching practice. Thus, it is concluded that it is necessary to understand the importance of collective work, with exchanges of experiences, since one cannot learn without a system of cooperation where the resident realizes that the teacher should not be technical, but dynamic, and should be endowed with knowledge, skills and attitudes to grow each day in a reflective and investigative way.

Keywords: Teacher training. Pedagogical residency. Mathematics.

Data de Aprovação: ____/____/ 2024.

¹ Graduando do curso de Licenciatura plena em matemática, Instituto Federal do Piauí, IFPI, cacam.20191LCMA14@aluno.ifpi.edu.br.

² Mestre em Matemática, Universidade Federal do Piauí, UFPI, fabio.barbosa@ifpi.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Toda formação exige prática do que foi aprendido para o exercício da futura profissão na educação não poderia ser diferente. Para tanto, a iniciação da práxis pedagógica tem como obrigatoriedade o estágio curricular, que pode ser chamado também de residência pedagógica, por se tratar de uma experiência fundamental para o desenvolvimento da prática docente. Ao permitir que o graduando experimente o fazer pedagógico, durante sua trajetória de formação, visto que o estágio, possibilita a articulação entre a teoria e a prática educacional.

Assim sendo, este trabalho que apresenta como temática: “As contribuições da residência pedagógica na formação dos docentes da área de matemática”, tem como objetivo geral analisar a contribuição do Programa Residência Pedagógica (PRP) para a formação inicial do professor, em especial dos alunos do curso de licenciatura em Matemática, do Instituto Federal do Piauí Campus de Campo Maior, para que se possa especificamente compreender como se configura a aproximação entre universidade e escola. Esse Programa se apresenta como uma iniciativa, voltada para a formação inicial de professores, oportunizando os alunos dos cursos de licenciaturas, a vivência da profissão, ao ser trabalhado o conhecimento da escola com mais precisão, desenvolvimento de habilidades de um professor reflexivo e atuante. No entanto questiona-se: Quais as contribuições do Programa Residência Pedagógica para a prática docente dos alunos do curso de matemática do IFPI de Campo Maior?

Para tanto sabe-se que a praxis pedagógica apresenta-se desafiadora e ao mesmo tempo prazerosa às vezes passa a ser frustrantes, pois o que ocorre na maioria das vezes é a teoria se distanciar da prática docente realizada no cotidiano escolar e ainda, por considerar o período de forma superficial e pouco motivador, não conseguindo realmente compreender a dinâmica da sala de aula, necessitando de um maior período de envolvimento no ambiente escolar. Por esse motivo, ações como o PRP vêm sendo propostas no âmbito da Política Nacional de Formação de Professores, coordenada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), visando o aperfeiçoamento da formação dos discentes dos cursos de licenciaturas com o intuito de aprimorar a prática pedagógica.

Vale ressaltar que segundo o Edital CAPES nº 06/2018, o discente regularmente matriculado em curso de licenciatura deve realizar e desenvolver atividades numa escola pública de educação básica, denominada de escola-campo. O PRP sugere “induzir a reformulação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica” (Brasil, 2018).

Por esse motivo justifica-se a realização desse estudo, visto que ele descreve a importância da formação docente sob a prática e as vivências sob a residência pedagógica e sua relação com as teorias e outra no conhecimento, fortalecendo o processo acadêmico e profissional a partir do Programa Residência Pedagógica.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1.1 FORMAÇÃO DOCENTE

A formação docente é um processo que tem sido amplamente discutida e defendida pela comunidade acadêmica e se embasa no pressuposto que estabelece no artigo 207 da Constituição Federal: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial, as quais obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988).

Dourado (2011) considera que o artigo da Constituição garante a autonomia das universidades, mas a implementação do dispositivo constitucional esbarra em vários limites, conferindo às universidades diferentes estágios na efetivação desse direito constitucional. Afirma ainda que para melhor definir o espectro de atuação do texto da Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) reforça e regulamenta a gratuidade no ensino público em todos os níveis, a gestão democrática da escola pública, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na educação universitária, a autonomia das universidades, entre outros e foi precedida por edição de leis, decretos e portarias que a nortearam (Brasil, 1996).

Nesses termos, entende-se que o Edital nº 06/2018 desconsidera o amplo debate do campo da formação de professores, a Resolução CNE/CP nº 2/2015, a importância e riqueza das diversas experiências em andamento no Brasil em diferentes universidades e cursos, retomando a velha fórmula: observação, participação e regência, como melhoria passou-se a ter a oferta de bolsas para estudantes e professores no contexto dos estágios obrigatórios, autodenominada de residência pedagógica. (ANPEd, 2017).

A perspectiva defendida é de que as propostas a serem submetidas precisam enfatizar e fortalecer o projeto institucional de formação via implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores (Resolução CNE 02/2015), assim como a concepção de trabalho docente, formação e teoria e prática que as informa, rejeitando, portanto, o pragmatismo e o aligeiramento da formação. (ANFOPE, 2018).

A CAPES, ao propor a associação do PRP à BNCC, legitima uma corporificação no currículo tanto para a educação básica quanto para os cursos de formação de professores. Essa estratégia de associação foi repudiada por diferentes entidades, conforme relata a seguir: “Repudiamos qualquer associação desses Programas [PIBID e PRP] à BNCC, caracterizada pelo estreitamento curricular e cujo processo de elaboração, discussão e aprovação tem sido alvo de críticas contundentes das entidades acadêmicas e científicas desde 2015” (ANPEd, 2017).

Sob essa perspectiva entende-se que a concepção do PRP indica a vinculação entre o currículo dos Cursos de Licenciatura e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o que deve ser observado com muita cautela, pois isso estabelece uma relação direta e linear do Projeto Político Pedagógico elaborado pelos cursos de formação docente nas Instituições de Ensino Superior, com os exames em larga escala e externos que norteiam os currículos das escolas, com apoio do PNE. Para que assim possa contribuir para a formação docente com excelência (ANDES, 2018).

2.1. 2 O ENSINO DA MATEMÁTICA: HISTÓRICO E DIFICULDADES

Inicialmente ao relatar sobre a história do ensino da matemática há de se destacar que a mesma estava ligada a três instituições de ensino: A Academia Real Militar, criada em 4 de dezembro de 1810; O Colégio Caraça, criado, em 1820, pelos missionários da Congregação da Missão; Os liceus provinciais criados a partir de 1835 e principalmente um deles, o Colégio Pedro II, criado na Corte, em 1837. A partir daí pode-se caracterizar a origem do ensino da matemática no Brasil no período de 1837 a 1931, com o desenvolvimento das disciplinas fundamentais da educação básica (Telles, 2003).

No Brasil, o ponto de origem do Ensino da Matemática está nos colégios dos Jesuítas criados na colônia, organizados à maneira dos existentes em Portugal e na Europa. Conforme Valente (1999), em Portugal, foram os Jesuítas os primeiros a se interessar pelas ciências; Clavius, Jesuíta, nascido na Alemanha, em 1537, era membro da Companhia de Jesus desde 1580. Era matemático e astrônomo e defendeu o ensino das ciências Matemáticas na formação dos padres em Roma. Tentou mostrar que ambas as ciências, Astronomia e a Matemática, tinham valor científico, e não apenas a “filosofia natural”, nome dado à Física ensinada na perspectiva Aristotélica, que se centrava na cosmografia e possuía prestígio cultural muito elevado. Juntas, Matemática e Astronomia fizeram parte das chamadas “ciências matemáticas”, que eram ensinadas principalmente no Colégio Romano, que foi fundado por Santo Inácio de Loyola tornou-se uma importante instituição de ensino científico.

Os livros escritos por Clávius constituíam importante meio de divulgação dos conhecimentos matemáticos rudimentares e D. João IV, Rei de Portugal, logo após se separar da Espanha, criou a “Aula de Fortificação e Arquitetura Militar” e incentivou, com ênfase, a formação de engenheiro, dada a rivalidade com a Espanha e a França.

Os jesuítas, no entanto, prezavam pela formação clássico-literária. Conforme Miorim (1998, p. 82), “muitos jesuítas não viam, com bons olhos, a matemática”. Os estudos das relações misteriosas entre números e entre estes e as letras, a geometria inquietavam os religiosos. Além disso, a busca de relações abstratas, que aparentemente não ocupavam nenhum lugar na escala dos seres, era encarada como uma ciência sem importância.

Valente (1999) afirmava que no período dos jesuítas no Brasil, vários homens de ciências passaram lecionando nos colégios assim considerava que talvez pudessem ser os principais impulsionadores do ensino das matemáticas no Brasil. Esse ensino foi praticado pelos jesuítas do Colégio Santo Antônio, de Lisboa, que foi trazido para o Brasil.

Desse período em diante a pequena burguesia passou a reivindicar para seus filhos um ensino diferente do ensino ministrado nas escolas religiosas. Sob pressão os Reis e os superiores das comunidades eclesásticas do ocidente cristão passaram a criar lugares de estudos ou escola fora dos templos (Valente, 1999).

Valente (1999) afirma ainda que os estudos matemáticos, como cultura escolar dos Jesuítas, fracassaram. Poucas escolas mantiveram cursos de Matemática. Outro fato que impedia ou dificultava o desenvolvimento e a difusão das matemáticas nas escolas da Companhia de Jesus era o fato de não haver professores. A preocupação com a formação de professores de matemática fez com que fossem realizados por Clávius, em Roma, seminários para jovens professores, que iriam, a seguir, ministrar cursos noutras escolas da ordem.

Com a criação da Academia Real Militar da Corte do Rio de Janeiro em 1810, o ensino da Matemática foi organizado e programas elaborados neste país. Essa instituição de ensino, mediante sucessivas reformas em seus Estatutos, deu origem às escolas nas quais sistematicamente se ensinou a Matemática no Brasil. A qual nasceu como um movimento educacional inscrito numa política de modernização econômica e foi posta na linha de frente por se considerar que, juntamente com a área de Ciências Naturais, ela se constituía via de acesso privilegiada para o pensamento científico e tecnológico. Desse modo, a Matemática a ser ensinada era aquela concebida como lógica, compreendida a partir das estruturas, conferia um papel fundamental à linguagem matemática (Telles, 2003).

Onde os formuladores dos currículos dessa época insistiam na necessidade de uma reforma pedagógica, incluindo a pesquisa de materiais novos e métodos de ensino renovados fato que desencadeou a preocupação com a Didática da Matemática, intensificando a pesquisa nessa área.

Nos dias atuais a legislação em vigor tem assegurado ao ensino de matemática, os princípios decorrentes de estudos, pesquisas, práticas e debates desenvolvidos nos últimos anos. São eles:

A Matemática é componente importante na construção da cidadania, na medida em que a sociedade se utiliza, cada vez mais, de conhecimentos científicos e recursos tecnológicos, dos quais os cidadãos devem se apropriar; A Matemática precisa estar ao alcance de todos e a democratização do seu ensino deve ser meta prioritária do trabalho docente; A atividade matemática escolar não é “olhar para coisas prontas e definitivas”, mas a construção e a apropriação de um conhecimento pelo aluno, que se servirá dele para compreender e transformar sua realidade; No ensino da Matemática, destacam-se dois aspectos básicos: um consiste em relacionar observações do mundo real com representações (esquemas, tabelas, figuras); outro consiste em relacionar essas representações com princípios e conceitos matemáticos (Brasil, 1998, p. 19).

Conforme se pode identificar a legislação vigente mostra que assim como as outras disciplinas a matemática também tem a responsabilidade de contribuir para a formação da cidadania, a partir do incentivo ao desenvolvimento do raciocínio.

A matemática tem sido considerada como uma ciência presente no cotidiano dos cidadãos, nos centros de pesquisas ou de produção de novos conhecimentos os quais tem se constituído em instrumentos fundamentais na solução de problemas científicos e tecnológicos em diferentes áreas do conhecimento. Por isso, a matemática não pode limitar-se a uma simples memorização de regras, técnicas e ao conhecimento formal de definições, assim Freire (1996, p. 52) afirma que: “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua própria produção ou sua construção”, fazendo assim uma menção a necessidade do desenvolvimento cognitivo do educando.

Nessa perspectiva, o ensino da Matemática é visto como uma linguagem capaz de traduzir a realidade, estabelecer suas diferenças, na medida em que no processo de ensino-aprendizagem exige muito mais que a simples decoração ou a mecanização de exercício, tipo: domínio de conceitos, flexibilidade de raciocínio, capacidade de análise e abstração do conteúdo.

As dificuldades de aprendizagem em Matemática têm preocupado os profissionais do setor educacional, pois os resultados têm interferido diretamente no processo de ensino-

aprendizagem. Assim, Fernandez (1991) enfatiza que quando há um fracasso na aprendizagem, é preciso pensar sobre estas situações, pois o problema pode estar no professor, na escola, nos pais e não somente no aluno.

Várias pesquisas têm sido desenvolvidas buscando solucionar essas dificuldades, podem apresentar como consequências os problemas nos seguintes aspectos:

Dificuldades em relação ao desenvolvimento cognitivo e à construção da experiência matemática; Dificuldades na resolução de problemas, o que implica a compreensão do problema, compreensão e habilidade para analisar o problema e raciocinar matematicamente. Dificuldades quanto às crenças, às atitudes, às expectativas e a fatores emocionais acerca da Matemática. Dificuldades relativas à própria complexidade da Matemática, como seu alto nível de abstração e generalizações, a complexidade dos conceitos e de alguns algoritmos. Dificuldades mais intrínsecas, como bases neurológicas alteradas. Dificuldade originada no ensino inadequado ou insuficiente seja porque a organização do mesmo não está bem sequenciada, ou não se proporcionam elementos de motivação suficientes; seja porque os conteúdos não se ajustam às necessidades e ao nível de desenvolvimento do aluno, ou não estão adequados ao nível de abstração, ou não se treinam as habilidades prévias; seja porque a metodologia é muito pouco motivadora e muito pouco eficaz (Sanchez, 2004, p. 174-175).

Essas diversas “modalidades” de dificuldades apresentadas por Sanchez (2004) vêm contribuir para que se possa trabalhar os fatores responsáveis por desencadear essas dificuldades e assim, propor soluções para superar essas dificuldades.

2.1.3 RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

Aproximação entre a teoria e a prática é foco de discussão de muitos estudiosos, que defendem uma maior articulação e integração entre universidade e escola, com uma busca de imersão durante o processo de formação inicial sair do isolamento dos ambientes formativos da universidade e escola, foi que ambas estão embutidas de gnose igualmente importantes e complementares. O ensino através do estudo desta parceria é composto por uma sequência de tarefas como planejamento, discussão e análise que tem por objetivo conhecer as dificuldades dos alunos, os aspectos positivos de cada um e buscar de forma concreta o avanço do aluno, para que ele possa demonstrar seu conhecimento.

O modelo proposto no Edital CAPES nº 06/2018 provocou algumas inquietações por parte das entidades, como podemos observar no trecho adiante: O discurso de MEC/CAPES que celebra a sinergia entre escola e universidade encobre o fato de que o Programa de Residência Pedagógica é uma tentativa de desconstrução de projetos de formação inicial comprometidos com a docência como atividade intelectual e criadora. Isso tem efeitos profundamente desprofissionalizantes nos cursos de Licenciatura. (ANPEd, 2017).

Segundo Khaoule e Carvalho (2014), tal desafio convida-nos a entender o processo de formação profissional não mais baseado na racionalidade técnica nem/ou na prática modelar, mas por meio de reflexões do cotidiano escolar, tomando como base a articulação entre teoria e prática. O PRP, porém, estabelece como objetivo “induzir a reformulação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica” (Brasil, 2018).

Considerando o objetivo preconizado pelo PRP, podemos argumentar que as direções e

racionalidades apontadas sugerem uma reformulação das propostas de estágio já existentes nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura em todo o país, entretanto inferimos que as orientações sugeridas no Edital CAPES nº 06/2018 não garantem uma possível reformulação do estágio. Outros elementos constitutivos da formação docente precisam ser levados em conta, não silenciados nem inibidos na proposta apresentada.

Segundo o posicionamento da ANPEd (2018), o que se propõe é um formato conservador e tradicional, limitando-se as atividades de estágio à hora da prática. Além disso, o PRP prevê o parcelamento de horas de ambientação, imersão e regência, de forma pontual, nas escolas-campo. A proposta legitima o caráter horista em que os estudantes, denominados de residentes, precisam cumprir 440 horas de atividades sob a supervisão do professor da educação básica (preceptor), conforme o trecho a seguir: A residência pedagógica terá o total de 440 horas de atividades distribuídas da seguinte forma: 60 horas destinadas à ambientação na escola; 320 horas de imersão, sendo 100 de regência, que incluirá o planejamento e execução de pelo menos uma intervenção pedagógica; e 60 horas destinadas à elaboração de relatório final, avaliação e socialização de atividades. (Brasil, 2018).

Além dos benefícios aos estudantes, o PRP propõe a aproximação da formação inicial e continuada, já que as escolas que participam do programa, como contra partida, participam de momentos de formação continuada desenvolvidos pelos professores preceptores e pela própria universidade. Segundo projeto pedagógico, o objetivo deste programa é:

Possibilitar a aprendizagem prática “em situação”, ou seja, a partir da realidade, tomando os eventos e aspectos dificultados para a prática pedagógica do professor e da escola como fontes de aprendizado, uma vez que esses aspectos e eventos são tomados como objeto de estudo e reflexão pelos residentes, orientados por seus preceptores e que resultam em matéria a ser tratada também no âmbito da escola, a partir do diálogo com professor formador e gestores que acolhem o residente na escola. (UNIFESP, 2006, p. 31).

O período de residência permitiu ampliar o conhecimento a respeito das atividades administrativas e pedagógicas nesse período de aproximação entre o estudo do professor no seu cotidiano, tendo-o como ser histórico e socialmente, pode auxiliar na definição de uma nova ordem pedagógica e na intervenção da realidade no que se refere a sua prática e a sua formação profissional. Discuti-la durante o período de formação inicial de modo a construir bases teóricas que embasam em uma ação futura é um dos pontos altos oportunizados para os estudantes do curso de Matemática. A prática profissional é o eixo norteador do programa e na intervenção da realidade no que se refere a sua prática e a sua formação.

Em suma, a residência pedagógica tem papel fundamental na formação inicial de professores, pois é o momento em que o graduando pode se apropriar de uma realidade que antes fazia parte somente dos assuntos abordados em debates. Zabalza (2014, p. 32) reforça essa característica dizendo que o estágio tem como “principal objetivo propiciar que os estagiários vivenciem e pratiquem o que lhes é ensinado teoricamente em sala de aula (...)”, auxiliando na construção da identidade profissional revelando assim “(...) o melhor conhecimento de si mesmo e de seus pontos fortes e fracos em relação à profissão escolhida.”.

2.2 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura realizada a partir de fontes secundárias acerca das contribuições da residência pedagógica na formação dos docentes na área da matemática, com teor descritivo e de natureza qualitativa. Uma vez que se entende a revisão integrativa como um método específico que fornece uma compreensão abrangente de um fenômeno particular.

Esse método de pesquisa tem por objetivo traçar uma análise sobre o conhecimento já construído em pesquisas anteriores sobre uma determinada temática. O que possibilita a síntese de vários estudos já publicados, permitindo a geração de novos conhecimentos, pautados nos resultados encontrados e apresentados pelas pesquisas anteriores (Botelho; Cunha; Macêdo, 2011).

A coleta de dados foi realizada a partir de artigos científicos nas principais bases de dados científicos, tais como: Scielo, Revistas Científicas, Google Acadêmico, além de publicações em sites não científicos sobre a temática. Os artigos utilizados foram, os originais disponíveis publicados na íntegra e de acesso livre, em português com a utilização dos descritores: residência pedagógica, formação docente, processo de ensino aprendizagem, ensino de matemática.

Ressalta-se ainda que foi construído um quadro explicativo composto por dados obtidos na pesquisa, o qual sintetiza o título do artigo, os autores/ano, fonte e o objetivo do estudo acerca da temática em questão, conforme critérios de inclusão: que foram artigos que enfatizavam a temática apresentada para a realização do referido trabalho no período proposto.

2.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A coleta de dados teve como embasamento científico as principais bases: Scielo, Revistas Científicas, Google Acadêmico. Num total foram encontrados 22 artigos e publicações da legislação vigente que trata sobre a residência pedagógica e formação docente, no entanto apenas fazem uma relação com a residência pedagógica e a formação docente. Descartou-se 16 artigos por não estarem de acordo com os critérios de inclusão. Dessa forma, os 6 artigos selecionados visto que os demais apresentam conteúdo técnico por abordarem a legislação vigente sobre a temática são classificados no Quadro 1.

Quadro 1 – Produções científicas sobre a residência pedagógica e a formação docente da área de matemática.

Nº	Título	Autor(es)	Publicação	Objetivos
01	Residência pedagógica em um instituto federal: narrativa dos (des) caminhos formativos	Rosenilde Paniago Patrícia Gouvêa Nunes Celso Martins Belisário	Revista Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores (RBPFP)	Identificar as experiências de aprendizagens da docência e analisar a possibilidade da formação para a investigação como contributiva para a práxis.

02	Residência Pedagógica e Formação docente: atuação na Escola Municipal Padre Geraldo	Agnes Camila Viana da Silva Evelyn Fernandes Azevedo Faheina Aline Cleide Batista	Conedu	Estimular a articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura em parceria com a rede pública e privada de educação básica.
03	Contribuições do programa residência pedagógica da Universidade Estadual do Ceará na formação de professores da educação básica	Lacerda, Cecília Rosa Francisco Silva Santos Neto	Revista Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores (RBPFP)	Compreender as contribuições do Programa de Residência Pedagógica na formação dos professores da Educação Básica.
04	A base nacional comum curricular enquanto dispositivo de subjetivação neoliberal: Reflexões acerca da educação contemporânea em crise ética ou sintoma do nihilismo	Lian Matheus Oliveira de Sá	Revista Chão da Escola	Problematizar o documento intitulado Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no qual define um conjunto de normas, competências e habilidades básicas de aprendizagem essencial como dever do aluno em desenvolvê-los.
05	Instância Permanente de Negociação e Cooperação	Ministério da Educação	PNE em Movimento	Contribuir para o alcance das metas e a implementação das estratégias definidas no PNE, bem como fortalecer os mecanismos de articulação entre os sistemas de ensino, por intermédio do desenvolvimento de ações conjuntas.
06	Políticas de formação de professores: construindo resistências	Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva	Periódico: Retrato da Escola	Analisar as políticas campo da formação, propostas no atual Governo Federal (2016-2018), com foco no programa de Residência Pedagógica.

Fonte: Autores (2024)

Ao realizar esse estudo com a abordagem dos artigos em questão se pode compreender que o Programa de residência pedagógica com foco na formação dos docentes da área de matemática se propõe informar sobre a aprendizagem da docência sob a ótica da formação que muito tem contribuído para a práxis pedagógica que conforme se pode constatar se trata de um processo complexo onde na sua grande maioria acaba por interferir no desenvolvimento eficaz

do processo de ensino aprendizagem.

O que se observou ainda é que essa proposta, isto é, esse Programa promove o estímulo da articulação entre teoria e prática, principalmente quando acontece em parceria com a rede pública da educação básica, pois ali irão encontrar a verdadeira realidade do ensino público para que a partir daí possam por em prática um ensino com eficiência. Além disso, o Programa ainda permite ampliar o conhecimento a respeito das atividades administrativas e pedagógicas nesse período de aproximação entre o estudo do professor no seu cotidiano, tendo-o como ser histórico e socialmente, pode auxiliar na definição de uma nova ordem pedagógica e na intervenção da realidade no que se refere a sua prática e a sua formação profissional.

Porém, foi necessário obter a compreensão acerca das contribuições do referido Programa para a formação dos professores da Educação Básica. Para tanto, foi crucial o conhecimento sobre alguns aspectos a BNCC e como a mesma se refere ao Programa de Residência Pedagógica em suas definições de normas, competências e habilidades básicas de aprendizagem informando o aluno no desenvolvimento de sua futura profissão para que se possa alcançar as metas e a implementação das estratégias definidas no PNE, como também o fortalecimento dos mecanismos de articulação entre os sistemas de ensino e suas ações coletivas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se trabalhar a temática: As contribuições da Residência Pedagógica na formação dos docentes da área de matemática, a qual surgiu como uma oportunidade de iniciação à docência, constituindo-se numa atividade de formação feita por um discente regularmente matriculado em curso de licenciatura e desenvolvida numa instituição pública de educação básica, denominada de escola-campo.

Com o desenvolvimento do referido estudo se pode constatar que trata-se de um tema bastante rico no universo da educação uma vez que se faz presente em várias publicações científica e em publicações da legislação vigente. Se pode observar ainda que no período de participação no programa, o estudante é acompanhado por um professor da educação básica denominado de preceptor, que leciona na escola-campo, sendo orientado por um docente da instituição de ensino superior, a qual ele está vinculado.

Dessa forma entende-se que a implementação do referido Programa oportuniza ao discente conhecer na prática sua área de atuação futura participando da vivência real em sala de aula e assim poder colocar na prática o que aprendeu na teoria. Para tanto, se faz necessário a compreensão acerca da importância do trabalho coletivo, com trocas de experiências uma vez que não se aprende sem um sistema de cooperação onde o residente percebe que o professor não deve ser técnico, mas dinâmico, deve ser dotado de conhecimentos, habilidades e atitudes para crescer a cada dia de forma reflexiva e investigadora, superando dificuldades e desafios do cotidiano do contexto escolar e assim poder se tornar um profissional de excelência.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED). **A política de formação de professores no Brasil de 2018: uma análise dos Editais CAPES de Residência Pedagógica e PIBID e a reafirmação da Resolução CNE/CP 02/2015.** Brasil: ANPEd, 2018. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/formacaoprofessores_anped_final.pdf. Acesso em: 10 ago. 2024.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED). **Manifestação das entidades educacionais sobre a política de formação de professores anunciada pelo MEC.** Brasil: ANPEd, 2017. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/manifestacao-das-entidades-educacionais-sobrepolitica-de-formacao-de-professores-anunciada>. Acesso em: 15 ago 2024.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (ANFOPE). **Resistência propositiva e contra hegemônica: posição da ANFOPE sobre a adesão aos Editais 06/2018 – PIBID.** Brasil: ANFOPE, 2018. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:oMwhCuO0ppIJ:www.gppege.org.br/ArquivosUpload/1/file/RESIST%25C3%258ANCIA%2520PROPOSITIVA%2520E%2520CONTRA%2520HEGEM%25C3%2594NICA.docx+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 15 ago. 2024.

BARBOSA, M. V.; FERNANDES, N. A. M. (org.). **Políticas públicas para a formação de professores.** Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base.** Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, v. 134, n. 248, Seção 1, p. 27834-27841, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Edital nº 06/2018 CAPES.** Programa Residência Pedagógica. Brasília: CAPES, 2018a. 21 p. Disponível em: http://cfp.ufcg.edu.br/portal/images/conteudo/PROGRAMA_RESIDENCIA_PEDAGOGICA/DOCUMENTOS_E_PUBLICACOES/01032018-Edital-6-2018-Residencia-pedagogica.pdf. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação.** Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. **Portaria nº 38, de 28 de fevereiro de 2018.** Institui o Programa de Residência Pedagógica. Diário Oficial da União, Brasília, 2018.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 02/2015, de 1º de julho de 2015. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior** (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da União, Brasília, p. 8-12, 2 jul. 2015.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C; MACEDO, M. **O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais.** Gestão e Sociedade. Belo Horizonte, Vol. 5, N. 11, P. 121-136 Maio/Ago., 2011.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: matemática / Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação superior no Brasil: múltiplas regulações e controle. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiás, v. 27, n. 1, p. 53-65, jan./abr. 2011. Disponível: <https://doi.org/10.21573/vol27n12011.19967>. Acesso: 10 ago. 2024.

FERNANDEZ, A. **A Inteligência Aprisionada.** Porto Alegre: ARTMED, 1991.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessidades à pratica educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KHAOULE, A. M. K.; CARVALHO, E. F. O estágio na formação de formadores: superar o modelo, ultrapassar a técnica, efetivar a reflexão. **Revista Brasileira de Educação Geográfica**, Campinas, v. 4, n. 7, p. 100-124, jan./jun. 2014.

LACERDA, C. R.; SILVA, F.; SANTOS NETO, M. B. Contribuições do programa residência pedagógica da Universidade Estadual do Ceará na formação de professores da educação básica. **Formação Docente - Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, [S. l.], v. 13, n. 26, p. 137–154, 2021. DOI: 10.31639/rbpfp.v13i26.405. Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpfp/article/view/405>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MIORIM, M. A. **Introdução à história da educação matemática.** São Paulo: Atual, 1998.

PANIAGO, R. N.; NUNES, P. G.; BELISÁRIO, C. M. Residência pedagógica em um instituto federal: narrativa dos (des) caminhos. 2020. **Revista Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 67-80, set./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.31639/rbpfp.v13i25.414>. Acesso em: 15 ago 2024.

SÁ, L. M. O. A base nacional comum curricular enquanto dispositivo de subjetivação neoliberal: reflexões acerca da educação contemporânea em crise ética ou sintoma do nihilismo. **Revista Chão da Escola**. Disponível em: 10.55823/RCE.V19I19.242. Acesso em: 15 ago. 2024.

SANCHEZ, J. N. G. **Dificuldades de aprendizagem e intervenção psicopedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SILVA, K. A. C. P. Políticas de formação de professores: construindo resistência. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, n. 23, p. 307-320, jul./out. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v12i23.857>. Acesso em: 15 ago. 2024.

SILVA, K. A. C. P. Políticas de formação de professores: construindo resistências. 2018. **Retratos Da Escola**, 12(23), 307–321. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v12i23.857>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SILVA, Agnes Camila Viana Da et al.. **Residência pedagógica e formação docente: atuação na escola municipal padre geraldo**. Anais VI CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/62513>>. Acesso em: 20 ago. 2024..

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES). **Nota da diretoria do ANDES-Sindicato Nacional sobre o Programa da Residência Pedagógica**. ANDES, 2018. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/nota/nota-sobre-o-programa-de-residencia-pedagogica>. Acesso em: 15 ago. 2024.

TELLES, P. C. S. O início do ensino da engenharia: a Academia Real Militar; a Escola Central. **Boletim da Sociedade Brasileira de Cartografia**, n. 50, p. 3-21, jan. 2003. Disponível em: <https://goo.gl/eQA5iD>. Acesso em: 15 ago. 2024.

VALENTE, W. R. **Uma História da Matemática Escolar no Brasil, 1730-1930**. São Paulo: Annablume, 1999.

ZABALZA, M. A. **O Estágio e as Práticas em Contextos Profissionais na Formação Universitária**. São Paulo: Cortez Editora, 2015.